



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

REFLEXÕES SOBRE O PRONATEC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

CLEIDE SELMA PEREIRA DOS SANTOS
GARDENIA OLIVEIRA MUNIZ
REGIANE BARRETO MARTINS

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo:

Este trabalho traz uma reflexão sobre o processo de implementação do curso de Montagem e Manutenção de Computadores oferecido pelo Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em uma instituição de ensino no município de Jequié-BA e, pontua alguns desafios e estratégias adotadas no processo de implementação do programa. A perspectiva metodológica adotada na elaboração deste trabalho foi a pesquisa qualitativa e o instrumento metodológico foi a análise de documentos, plano de curso e relatórios de avaliação efetivados pela equipe docente e técnica administrativa do curso. Os resultados apontam que ao longo do processo de implementação do referido curso, surgem desafios relacionados aos objetivos propostos pelo Programa e os atos curriculares, na busca de ruptura de tais obstáculos.

Palavras-chave: PRONATEC. Formação. Desafios e Possibilidades.

Abstract:

This paper presents a reflection on the implementation process of the Computer Assembling and Maintenance course offered by the National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) at a teaching institution in the municipality of Jequié-BA, and presents some challenges and strategies Adopted in the process of implementing the program. The methodological perspective adopted in the elaboration of this work was the qualitative research and the methodological instrument was the analysis of documents, course plan and evaluation reports made by the teaching and technical staff of the course. The results show that throughout the course implementation process, there are challenges related to the objectives proposed by the Program and the curricular acts, in the search for a breakdown of such obstacles. **Key words:** PRONATEC. Formation. Challenges and Possibilities.

Introdução

A Constituição Federal do Brasil em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) assegura a todos os brasileiros o direito à educação, sendo que esta deve atender a alguns princípios, entre os quais está a garantia de um padrão de qualidade e a sua vinculação com a vida social e o mundo do trabalho.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) também apresenta uma proposta para a educação profissional, a qual afirma que a mesma poderá ocorrer de duas formas: subseqüente e articulada. A educação na modalidade articulada pode se caracterizar de dois modos: a) concomitante quando esta modalidade de educação é oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, podendo ocorrer na mesma instituição ou em instituições de ensino distintas efetuando-se matrículas distintas para cada curso; b) integrada quando é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação

profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno. Já a modalidade subsequente oferece cursos para quem já tenha concluído o ensino médio.

Com base nessa premissa surge o PRONATEC, cuja sigla significa Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que é um programa criado pelo Governo Federal, em 2011, como uma estratégia para promover o “desenvolvimento” do país. Vale ressaltar que o desenvolvimento do país na atual sociedade capitalista é empregado a partir de uma avaliação baseada em índices numéricos, ou seja, a partir da quantificação e não da qualificação, assim o Governo se preocupa em garantir uma formação profissional em um menor período de tempo no intuito de atingir os números necessários para se enquadrar dentro dos parâmetros do país desenvolvido.

Segundo a proposta do PRONATEC, o mesmo busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania. Nessa perspectiva o curso de Formação Inicial e Continuada em Montagem e Manutenção de Computadores oferecido pelo PRONATEC aspira promover “uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais.” (BRASIL, 2009, p. 5).

Dessa forma, almeja-se propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

Os cursos oferecidos pelo PRONATEC são de curta duração, no que diz respeito ao curso de Montagem e manutenção de computadores, o mesmo possui uma carga horária de 200 horas, e foi escolhido devido à constatação da necessidade de tal formação para a demanda de trabalho identificada em Jequié e região. Vivemos atualmente na era da informatização em que o uso do computador tem se democratizado por ter atualmente um preço mais acessível no mercado e por ser um recurso tecnológico que permite às pessoas o acesso a informação e comunicação digital. Portanto esta tecnologia é desejada por muitas pessoas por permitir o acesso rápido ao conhecimento e relacionamentos interpessoais, independentemente da sua posição geográfica. Nessa nova conjuntura social urge a necessidade de formar nossa sociedade com os conhecimentos necessários para atuar de forma que atenda as indigências impostas e contribua com o desenvolvimento do país.

Vale ressaltar que o PRONATEC se constitui em uma política pública destinada às pessoas de baixa renda. Segundo Secchi (2011), esta se refere a uma resposta aos problemas da sociedade, que podem tomar a forma de um programa, de leis, de emendas constitucionais etc. Nessa perspectiva, a princípio, sob um olhar objetivo, o programa parece ser uma solução para algumas problemáticas que permeiam o contexto educacional das escolas profissionalizantes. Mas quais são os desafios e as possibilidades apontados pelos docentes e técnicos administrativos no processo de implementação do curso Montagem e Manutenção de computadores oferecido pelo PRONATEC

Para responder esta indagação buscamos investigar sobre o tema em bibliografias, bem como, analisar alguns documentos como: plano de curso e relatórios de avaliação realizados pelos docentes e técnicos administrativos que atuaram no curso. Este trabalho, portanto se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, o qual busca, principalmente por estudar subjetividades, crenças, valores, representações da realidade, opiniões, enfim, fenômenos intrinsecamente complexos presentes neste processo.

Percurso metodológico

A abordagem qualitativa segundo Macedo; Galeffi e Dante (2009) visa contribuir com a transformação do educador e de seu espaço por estar articulada como corpus metodológico a serviço da transformação humana qualificada, esse tipo de pesquisa tem, portanto, uma intencionalidade e para concretização de seus objetivos segue um rigor metodológico.

A pesquisa foi precedida de revisão histórica de literatura, considerando as peculiaridades do objeto de estudo que tem como finalidade compreender o que propõe o curso de Montagem e Manutenção de Computadores, o qual é oferecido pelo PRONATEC, bem como, as possibilidades e desafios que o mesmo encontra no processo de

implementação. Segundo Caldas (1986, p. 15) a revisão bibliográfica representa a “coleta e armazenagem de dados de entrada para revisão, processando-se mediante levantamento de publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes”.

A metodologia adotada é a pesquisa documental que se constitui em uma abordagem com base em estudo de documentos vistos como uma realidade fixadora de experiências individuais e coletivas que são analisados à luz de uma literatura. (GODOY, 1995; MARCONI & LAKATOS, 2007)

Sendo assim, foi realizada uma análise a cerca da proposta do plano de curso de Montagem e Manutenção de Computadores, PRONATEC, realizado em uma instituição de ensino profissionalizante, no ano de 2014, no turno vespertino, na cidade de Jequié-BA. Com base na análise dos dados obtidos nos relatórios de avaliação da equipe docente e técnico-administrativa do curso em questão, buscamos compreender as condições oferecidas para a concretização das propostas por esta formação, os desafios e as possibilidades encontradas no processo de implementação deste programa, bem como, as implicações da prática pedagógica dos profissionais envolvidos neste processo para a formação desses sujeitos.

Desafios e possibilidades na implementação do curso de Montagem e Manutenção de Computadores: reflexões com base em documentos.

Esta discussão se destina a análise reflexiva sobre os documentos norteadores do curso PRONATEC, a saber a legislação que regulamenta o curso, a ementa e proposta do plano de curso, além dos relatórios da equipe pedagógica, mediados por teóricos que discutem sobre educação.

Iniciamos a discussão com base na lei nº 11.741/08, a qual define o caráter das instituições de educação profissional e tecnológica, estabelecendo que estas devem oferecer além dos seus cursos regulares, cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. Nessa perspectiva, o programa PRONATEC busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania.

O curso de Formação Inicial Continuada (FIC) em Montagem e Manutenção de Computadores, na modalidade presencial, é destinado a estudantes do ensino fundamental II incompleto, trabalhadores, beneficiários titulares ou dependentes de programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, e todos que se enquadrem no perfil determinado pela Resolução CD/FNDE n.º 04/2012, art. 3º incisos de I a VI, e tenham idade entre 18 e 59 anos. Apesar de sua proposta ser positiva, o mesmo pode oferecer a economia capitalista cursos emergenciais, pensados e planejados a curto prazo, que não habilita de fato o sujeito para exercer determinadas funções, mas incrementa as fileiras no mercado de trabalho, o que contribui com o sucateamento profissional.

O Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) se constitui em um outro documento que fundamenta o PRONATEC, na qual se baseia também este estudo. O mesmo afirma que o referido programa tem como principais objetivos: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio. (Brasil/ Guia de Cursos FIC, 2014)

Os cursos oferecidos pelo PRONATEC são de curta duração, no que diz respeito ao curso de Montagem e manutenção de computadores, o plano de curso afirma que este tem uma carga horária de 200 horas, no qual as disciplinas matemática, inglês e português possuem 22 horas cada uma, Ética- 16 horas, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)-18 horas e a disciplina específica, Informática, tem carga horária de 100 horas. Ainda em relação ao plano de curso, o mesmo apresenta como proposta, habilitar pessoas para atuarem no mercado de trabalho com qualificação técnica em montagem e manutenção de computadores, ampliar as oportunidades educacionais desses indivíduos, contribuir com o seu ingresso e permanência no mundo de trabalho e na educação.

Além das habilidades técnicas, procura-se proporcionar aos educandos uma formação que lhes possibilite uma

conscientização quanto aos seus direitos como cidadãos e apresenta-lhes as possibilidades que podem se efetivar por intermédio da educação. Dessa forma, pretende-se que a formação proporcionada a essas pessoas (que estão, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social) as habilite para desempenhar uma função na sociedade, e ajude a desenvolver a autoestima dos mesmos, contribuindo para a manutenção de serviços essenciais no mercado de trabalho.

O plano de curso propõe que ao concluir o curso de Montagem e Manutenção de Computadores, o cursista deva estar qualificado para atuar nas atividades relativas à sua área para que possa desempenhar com autonomia suas atribuições, com possibilidades de inserção positiva no mundo trabalho. Além disso, o estudante deve também demonstrar avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, estando motivado e preparado para dar continuidade aos seus estudos. É pertinente destacar que tal postura nos remete a percepção de uma necessária formação contínua, pois, o conhecimento que adquirimos no início de nossa formação não é satisfatório para uma vida toda. Na atual conjuntura social em que as mudanças são constantes, se requer de cada profissional a busca pelo aperfeiçoamento, como também uma conscientização política e social para atuar na sociedade autonomamente a fim de garantir os seus direitos em todos os âmbitos sociais.

Como estratégia para garantir a permanência dos alunos no curso, o governo disponibiliza para os mesmos uma Bolsa, cujo objetivo é oferecer ao estudante material didático e um auxílio para alimentação e transporte. No que diz respeito à disponibilização dessa bolsa, é citado no relatório de avaliação o grave problema de que a mesma só foi encaminhada aos estudantes após contabilização das presenças e faltas dos cursistas, quando poderia ser disponibilizada com antecedência aos dias de aula, pois o público em questão se encontra em baixa vulnerabilidade social, e, portanto, não possuem recursos para custear suas locomoções e alimentação, sendo este o objetivo da bolsa.

Por outro lado, entendemos que se faz necessário adotar medidas de controle tendo em vista atingir o objetivo proposto com as referidas bolsas, evitando o uso indevido do dinheiro público, neste sentido tais medidas devem contribuir para o bom desempenho dos cursistas e não dificultar a permanência dos alunos. Outro problema pontuado pela equipe, no relatório de avaliação, diz respeito ao atraso das bolsas que ocorreu em algumas etapas do curso, o que contribuiu para o aumento da evasão e desistência dos alunos.

A equipe administrativa e pedagógica do referido curso, aponta como outra dificuldade, o fato de não se estabelecer um nível de escolaridade para os matriculados de acordo ao perfil que o curso exige, dessa forma, muitos alunos entram no curso sem possuir conhecimentos prévios necessários à aprendizagem de conteúdos da grade curricular do curso, isso contribui para dificultar o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos programados, exigindo uma demanda maior de tempo para os docentes oferecerem aos alunos os conhecimentos que são pré-requisitos de outros saberes.

Além disso, os cursistas são encaminhados ao programa sem ao menos saberem que tipo de profissional o curso forma, ou seja, para alguns docentes fica claro a partir do diálogo em sala de aula que muitos estudantes ingressaram apenas no intuito de receber a bolsa e não se preocuparam de fato se a formação oferecida lhes interessa, pois a preocupação da maioria é em garantir a vaga no curso e acesso à bolsa formação, a qual assume o caráter de uma renda complementar no orçamento familiar.

A centralização dos recursos, segundo o relatório de avaliação, também foi outro fator que dificultou o desenvolvimento do trabalho, onde a aquisição de materiais necessários para as aulas se submetia a uma burocratização administrativa que acarretava um prejuízo no processo de ensino aprendizagem, já que muitos materiais não chegaram a tempo. Diante desses desafios, se tornou ainda mais difícil motivar os educandos para freqüentarem assiduamente o curso. Outro fator desmotivante apontado pela equipe foi a falsa expectativa de muitos cursistas que ao terminarem o curso seriam encaminhados diretamente para o mercado de trabalho, o que seria inviável por conta da relação entre a oferta de mão de obra e a demanda do mercado local, que oferece poucas oportunidades.

Constatamos, portanto, que o governo facilita o acesso à educação, mas não oferece condições necessárias para uma formação de efetiva qualidade. Bourdieu e Passeron apud Silva (2009) em uma análise crítica ao papel da escola, afirma que o currículo desta está baseado na cultura dominante e por meio de códigos produz a seletividade, a segregação das classes. Nesta perspectiva, o PRONATEC, além de ofertar um curso de curta duração que não

possibilita uma habilitação de boa qualidade, por objetivar formar mão-de-obra barata para o mercado, ainda apresenta entraves no processo de implementação do curso, que pode ter contribuído com a desmotivação dos alunos e consequentemente com a evasão e desistências destes, e por outro lado, pode também gerar a formação de profissionais desvalorizados.

Conforme Vilela (2007) o grande desafio hoje, para as escolas e educadores, está em ter que superar as dificuldades impostas ao sistema escolar, que, além de enfrentar os obstáculos produzidos na nova ordem mundial, tem se configurado como um novo palco de lutas e de contradições decorrentes da democratização da escola, pois há facilitação no acesso, mas não proporcionam condições para que haja permanência.

Diante dessas dificuldades, segundo relata os documentos analisados, a equipe buscou estratégias que favorecessem a motivação dos cursistas, por intermédio de um processo de sensibilização a respeito da importância da educação para a mobilidade social e vida ativa na sociedade. Além disso, foi realizado um acompanhamento rigoroso acerca da presença dos alunos nas aulas, incentivando-os por meio de diálogos à permanência e assiduidade dos mesmos, bem como, a continuidade nos estudos, informando-os sobre as implicações decorrentes da falta de compromisso com a aprendizagem e da necessidade de estarmos atualizando nossos conhecimentos visto que a sociedade está em constante mudança.

Segundo Macedo (2011) “Compreender as estruturas curriculares instituídas é necessário e importante, mas, é a ação socioeducacional– os atos de currículo – que nos interessa”, ou seja, a partir dos atos de currículo podemos formar sujeitos críticos, emancipados, capazes de atuar na sociedade buscando a efetivação de seus direitos, como também, podemos formar trabalhadores subservientes, meros soldados, pessoas alienadas que servem aos ideais capitalistas e são incapazes de refletirem sobre possibilidades de mudanças na sua realidade.

A equipe buscou promover uma formação não meramente técnica, mas também social, no entanto, outro percalço encontrado na busca de sua efetivação foi o curto período de tempo destinado a esses cursos, o que não favoreceu um melhor desenvolvimento da formação dos alunos tanto tecnicamente como socialmente, o que não possibilitou muitos momentos de reflexão entre os educadores.

Candau (2002) afirma que os sistemas de ensino da atualidade “não respondem às contradições e às demandas provocadas pelos processos de globalização econômica e de mundialização da cultura”. No que diz respeito ao programa aqui citado, entendemos que este não atende as necessidades das camadas populares, visto que a profissionalização oferecida não é a almeja pelo público e pela equipe pedagógica. Além disso, nesse contexto, a equipe pedagógica tem pouca autonomia e possibilidades para cumprir o objetivo de proporcionar formação de qualidade devido às limitações que lhes são impostas.

Diante do pouco tempo disponível para o curso, houve na equipe aqueles que defenderam a retirada da disciplina ética e cidadania, disciplina pela qual as discussões a respeito do contexto político ocorriam com maior intensidade, sob a alegação de que o tempo gasto com esta disciplina poderia ser utilizado para a aprendizagem de conteúdos mais específicos com relação à função que iriam exercer, ou seja, conhecimentos técnicos. Nesse momento, tal proposta teve como oposição o argumento de que embora haja a possibilidade de outras disciplinas oferecerem tais discussões, uma disciplina específica tem sua devida importância no currículo e não pode ser desprezada, pois não se pode formar trabalhadores alienados, meros apertadores de botões, executores de tarefas, ou seja, deixar de ofertar um conhecimento político, que é indispensável nas relações de trabalho, pois se assim ocorrer, estaremos contribuindo com o processo de exclusão dessa classe social.

Atualmente, temos vários estudos que revelam os ideais capitalistas se materializando por intermédio do currículo escolar, desmistificando paradigmas de neutralidade da educação. No que diz respeito aos ideais capitalistas para a educação, Bowles e Gintis apud Silva (2009, p. 33) explica como a escola contribui para a formação do bom trabalhador capitalista, através de seu currículo oculto.

A escola contribui para este processo não propriamente através de seu conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espelhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticarem papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões

superiores da escala ocupacional tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia. É, pois, através de uma correspondência entre as relações sociais da escola e as relações sociais do local de trabalho que a educação contribui para a reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Dessa forma, compreendemos que a educação pode preservar o status quo da sociedade, preparar trabalhadores subservientes e formar os padrões oriundos da classe dominante, pode promover a alienação política dos sujeitos para o silenciamento destes diante da opressão. Por outro lado, a educação pode também contribuir para a ruptura da organização social vigente, proporcionando uma formação crítica dos sujeitos, a emancipação social e política, pois o currículo estabelecido pode ser alterado a partir das concepções que os educadores adotam em sua prática educativa.

A equipe aponta o processo de sensibilização dos discentes, quanto à importância da educação para a vida pessoal e profissional, como sendo uma das atividades mais significativas realizadas, pois alguns relatos evidenciaram que muitos dos estudantes do PRONATEC deram prosseguimento aos seus estudos, vindo até mesmo a se inscrever para em processo seletivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Bahia e em vestibulares de universidades, como também houve aqueles que retomaram seus estudos que outrora haviam parado.

Considerações finais

A educação não é neutra, ela existe com uma finalidade, em nossa sociedade capitalista ela pode assumir a função de preparar indivíduos alienados, subservientes para assumirem algumas funções no mercado de trabalho e perpetuar o status quo da sociedade ou contribuir com uma formação crítica que se oponha aos ideais desse sistema. A educação é um instrumento administrado pela classe dominante que no intuito de expandir o acesso para a promoção do desenvolvimento do país, intensifica a precarização das escolas, da formação dos educandos e dos educadores.

Nesse contexto, devemos refletir sobre o papel da escola na sociedade, quais os ideais que ela tem defendido e como os educadores têm contribuído para o alcance dos objetivos propostos e se estes têm como finalidade a emancipação ou alienação dos educandos. Ao conhecermos os objetivos propostos pelo Curso de Montagem e Manutenção de Computadores e com base nos dados dos relatórios de avaliação realizado pela equipe técnico-administrativa e docente do curso, percebemos que há algumas dificuldades apresentadas no contexto em que o curso de Montagem e Manutenção de Computadores oferecido pelo PRONATEC se implementa. Contudo, a equipe busca superar esses desafios no intuito de despertar os sujeitos para a importância de uma formação contínua e de qualidade.

Desse modo, é pertinente destacar que a respeito do currículo do PRONATEC, este possui algumas contradições, pois apesar de apresentar uma boa proposta não oferece as condições para sua efetivação, todavia, apesar das dificuldades, pode-se contribuir significativamente para a formação social dos alunos, despertar nestes o interesse para a aquisição de um direito garantido constitucionalmente, o direito à educação, elevar sua auto-estima e sensibilizá-los para a importância da educação, tendo em vista o aperfeiçoamento profissional e a atuação dos mesmos na sociedade.

Nessa perspectiva, algumas concepções que permeiam a prática pedagógica devem ser discutidas entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem na busca de uma conscientização quanto ao papel político da educação na sociedade, no intuito de garantir uma unidade que permita um bom desenvolvimento do trabalho e assim, alcance os objetivos propostos para uma formação emancipatória dos sujeitos, pois apesar das limitações que nos é imposta pelas relações de poder que se estabelecem no meio educacional, percebemos que ainda há possibilidades de não agirmos coerentemente as demandas do capitalismo. Para tanto, torna-se imprescindível que as relações entre Estado e educação sejam refletidas pelos educadores para entenderem as conexões entre os ideais da sociedade capitalista e os objetivos propostos no currículo de forma que contribua significativamente com a formação dos sujeitos e promover uma educação emancipatória.

Sendo assim, ficou constatado que se por um lado o PRONATEC pode se caracterizar como uma estratégia política para facilitar o acesso à educação profissional, no intuito de massificar o público de trabalhadores e contribuir com o barateamento da mão-de-obra. Por outro lado, esse programa pode propiciar aos indivíduos uma formação inicial continuada que os possibilite uma melhor inserção no mercado de trabalho, pois se pensarmos nesse programa como uma formação estanque ele se constituirá em mero instrumento de massificação da mão-de-obra barata para o

mercado, mas os educandos desse programa podem se conscientizar da importância da educação para a mobilidade social ascendente e da necessidade de uma formação contínua no contexto em que vivemos. Sendo assim, o programa pode se constituir em um instrumento de fomento a formação continuada, promover a inclusão de pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade social e de pessoas que evadiram e/ou não deram continuidade a seus estudos.

Referências bibliográficas

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRASIL, **Guia de Cursos FIC**. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/aquivos/guia.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1996.

BRASIL, **Lei 11.741 de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: . Acesso em: 12 outubro de 2016.

BRASIL. **PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)**. Disponível em: . Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado** . 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Scielo, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em: . Acesso em: 10/09/2016.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo formação em ato : para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação**. Editus: Ilhéus, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**. Salvador – BA: Edufba. 2009.

BRASIL, Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Resolução CD/FNDE nº 04 de 16 de março de 2012. Disponível em: . Acesso em 10/09/2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

VILELA, Rita Amelia Teixeira. **Críticas e possibilidades da educação e da escola na contemporaneidade**: lições de Theodor Adorno para o currículo. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 223-248. jun. 2007.